



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO



Hiperinflação Brasileira e seus impactos nos indicadores de desigualdade.

Silvio Roberto Da Silva Segundo

Mossoró/RN, 2025



INTRODUÇÃO/JUSTIFICATIVA

A década de 1980 no Brasil ficou conhecida como a “década perdida”, não apenas pelo baixo crescimento econômico, mas também pela profunda instabilidade macroeconômica e social. Nesse período, o país experimentou níveis de inflação que rapidamente evoluíram para um cenário de hiperinflação, atingindo taxas anuais superiores a 1.000% no final dos anos 1980 e início dos anos 1990 (Ipea, 2020). Tal fenômeno não apenas corroeu o poder de compra da população, mas também impôs elevados custos sociais, especialmente para as camadas mais vulneráveis, incapazes de se proteger contra a desvalorização contínua da moeda. O contexto histórico culminou no Plano Real, implementado em 1994, que conseguiu estabilizar os preços e inaugurar uma nova fase na economia brasileira.

A hiperinflação brasileira não foi um fenômeno isolado; tratou-se de um problema estrutural que atingiu diversos países da América Latina no período, associado à combinação de déficits fiscais persistentes, choques externos, crises da dívida e falta de credibilidade das instituições monetárias (BRESSER-PEREIRA, 1996). No caso brasileiro, as tentativas de estabilização econômica antes do Plano Real — como os Planos Cruzado (1986), Bresser (1987), Verão (1989) e Collor (1990-1991) — foram marcadas por medidas heterodoxas, congelamentos de preços e mudanças abruptas na política monetária, que não conseguiram conter a escalada inflacionária.

A pergunta central que orienta este projeto é: ¹de que forma a hiperinflação vivida pelo Brasil entre 1980 e 1994 impactou a desigualdade socioeconômica no país? Como hipótese, parte-se da premissa de que a hiperinflação agravou a desigualdade, penalizando desproporcionalmente os grupos de baixa renda e beneficiando setores com maior acesso a mecanismos de indexação e ativos financeiros, capazes de preservar ou aumentar sua riqueza durante o período de instabilidade.

A relevância desta pesquisa se justifica por múltiplos fatores. Em primeiro lugar, compreender os efeitos da hiperinflação sobre a desigualdade é fundamental para interpretar as transformações econômicas e sociais ocorridas no Brasil nas últimas décadas, bem como para

¹ Uso de IA generativa ChatGPT para correção de erros de português, pontuação e citações.



analisar as políticas públicas voltadas à estabilidade de preços e redução da pobreza. Em segundo lugar, apesar da hiperinflação ser um fenômeno do passado recente, seus impactos estruturais sobre a distribuição de renda ainda influenciam debates contemporâneos sobre política monetária, fiscal e inclusão social. Finalmente, no contexto acadêmico, este estudo contribui para a literatura ao revisitar uma experiência histórica única, analisando-a à luz de evidências empíricas e teóricas acumuladas tanto no Brasil quanto em outros países que enfrentaram problemas semelhantes.

A relação entre inflação e desigualdade é objeto de intenso debate na literatura econômica. Em cenários de inflação elevada, os preços sobem de forma contínua e imprevisível, corroendo o poder de compra da moeda e afetando, em maior proporção, os indivíduos que dependem de renda fixa, como salários e benefícios sociais. Esse efeito caracteriza a inflação como um imposto regressivo, pois incide de forma mais pesada sobre as camadas mais pobres, que não possuem acesso a instrumentos financeiros capazes de se proteger contra a desvalorização monetária (EASTERLY; FISCHER, 2001).

Romer e Romer (1999) reforçam essa visão ao argumentar que, embora políticas anti-inflacionárias possam gerar custos sociais no curto prazo, como aumento do desemprego, seus benefícios se manifestam no longo prazo, sobretudo para os grupos vulneráveis, por meio da estabilidade de preços e preservação do poder de compra. Em contraste, evidências mais recentes indicam que a relação entre inflação e desigualdade não é necessariamente linear nem universal. Juver et al. (2017), analisando um painel de 41 países entre 2004 e 2013, não encontraram evidências robustas de que o controle inflacionário, por si só, reduz a desigualdade. Segundo os autores, fatores como qualidade institucional, dinâmica do mercado de trabalho e políticas sociais desempenham papel mais relevante na explicação da desigualdade contemporânea.

Essa divergência entre estudos clássicos e recentes tem implicações importantes. Por um lado, reforça a visão de que, em contextos de inflação moderada, o impacto distributivo tende a ser menos expressivo. Por outro, sugere que, em cenários extremos — como o brasileiro entre 1980 e 1994 —, os efeitos da inflação sobre a desigualdade podem ser substanciais, uma vez que os



mecanismos compensatórios eram limitados e a instabilidade de preços atingia proporções devastadoras.

Como apontam dados do IPEA (2020), o índice Gini brasileiro oscilava entre 0,59 e 0,63 no período da hiperinflação, indicando elevada concentração de renda. Além disso, a volatilidade de preços impunha custos de transação elevados, reduzia o horizonte de planejamento das famílias e empresas e desestimulava investimentos de longo prazo, prejudicando principalmente os segmentos menos escolarizados e com baixa inserção no mercado formal de trabalho.

Por que analisar a hiperinflação brasileira?

O estudo da hiperinflação brasileira é relevante não apenas pela magnitude do fenômeno, mas também pela forma como ele interagiu com estruturas sociais pré-existentes, exacerbando desigualdades históricas. A experiência inflacionária do Brasil ilustra, de maneira dramática, os mecanismos pelos quais choques macroeconômicos podem aprofundar clivagens sociais.

Enquanto famílias de alta renda contavam com acesso privilegiado a ativos indexados, imóveis e aplicações financeiras, os trabalhadores informais e assalariados enfrentavam corrosão contínua de seus rendimentos. O efeito foi cumulativo: à medida que os preços subiam diariamente, as estratégias de sobrevivência das famílias pobres tornavam-se cada vez mais restritas, muitas vezes implicando redução drástica no consumo básico e aumento da vulnerabilidade social (BRESSER-PEREIRA. 1996).

Além disso, a instabilidade inflacionária comprometeu a eficácia das políticas públicas voltadas para a redistribuição de renda, uma vez que programas sociais e salários do setor público perdiam valor real rapidamente entre os reajustes. Essa dinâmica evidencia a importância de investigar a relação entre inflação e desigualdade em um período histórico no qual os efeitos da desvalorização monetária não eram apenas significativos, mas determinantes para a qualidade de vida da população.



Diálogo com a literatura e lacuna de pesquisa

Embora existam estudos que analisam a hiperinflação sob a ótica da macroeconomia e das políticas de estabilização, ainda são escassos os trabalhos que exploram de forma sistemática seus impactos distributivos no Brasil, relacionando-os a indicadores de desigualdade e pobreza. A literatura internacional sugere que inflação elevada tende a prejudicar os mais pobres (EASTERLY; FISCHER, 2001; ROMER; ROMER, 1999). mas evidências recentes, como Juver et al. (2017), indicam que essa relação depende de variáveis contextuais, como mecanismos institucionais e redes de proteção social.

Assim, este projeto busca preencher uma lacuna importante ao examinar, à luz do caso brasileiro, como a hiperinflação interagiu com estruturas sociais e institucionais, contribuindo para manter ou ampliar desigualdades históricas. Ao fazê-lo, pretende-se também contribuir para o debate sobre a importância da estabilidade de preços como instrumento não apenas econômico, mas social.

OBJETIVOS

Investigar, à luz de dados empíricos e literatura especializada, se existiu relação de causalidade entre os processos de hiperinflação e o agravamento da desigualdade socioeconômica no Brasil, no período de 1980 a 1994, buscando compreender os mecanismos econômicos e institucionais que possam ter mediado essa relação.

ESPECÍFICOS:

- Construir uma base de dados confiável, reunindo séries temporais de indicadores econômicos e sociais que representem a inflação e a desigualdade no Brasil entre 1980 e 1994, com foco na viabilidade de análises estatísticas.



- Analisar os impactos diretos e indiretos da hiperinflação, identificando de que forma esse fenômeno afetou variáveis como o poder de compra das camadas mais pobres, a renda disponível, o acesso a serviços e bens essenciais, mesmo quando não há variações claras nos indicadores agregados de desigualdade.
- Explorar possíveis relações de causalidade entre inflação elevada e desigualdade socioeconômica, com base na literatura econômica e nas evidências empíricas disponíveis, considerando o papel de mecanismos como indexação de salários, políticas de estabilização e estrutura do mercado de trabalho.

METODOLOGIA

A presente pesquisa adota uma abordagem predominantemente qualitativa e quantitativa, de natureza exploratória e explicativa, com o objetivo de compreender os impactos da hiperinflação sobre a desigualdade socioeconômica no Brasil no período de 1980 a 1994. Trata-se de um estudo centrado na experiência brasileira, combinado com pesquisa bibliográfica e documental, além de análise de dados secundários extraídos de fontes oficiais e reconhecidas academicamente.

O delineamento metodológico foi escolhido com base nos objetivos do estudo, que envolvem tanto a reconstrução de um contexto histórico quanto a avaliação de indicadores econômicos e sociais. A natureza exploratória permite identificar padrões, anomalias e correlações ao longo do período analisado, enquanto o caráter explicativo busca compreender os mecanismos pelos quais a inflação, em níveis extremos, pode impactar a distribuição de renda e o bem-estar social. A opção por um estudo de caso justifica-se pela singularidade do processo hiperinflacionário brasileiro e pela riqueza de dados disponíveis para análise aprofundada.

A pesquisa utilizará dados secundários agregados, não havendo, portanto, uma população-alvo ou amostragem no sentido tradicional das pesquisas de campo. O “universo observado” compreende os indicadores macroeconômicos e sociais do Brasil entre 1980 e 1994, com atenção especial aos



períodos de implementação dos principais planos de estabilização monetária (Cruzado, Bresser, Verão, Collor e Real), permitindo a análise das flutuações em diferentes contextos políticos e econômicos.

Os procedimentos de coleta de dados incluem a busca, organização e sistematização de documentos oficiais, relatórios estatísticos e bases públicas, como os disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Banco Central do Brasil (BCB), Fundação Getulio Vargas (FGV) e Ministério da Fazenda. Serão extraídas séries históricas de inflação (IPCA, INPC), índice de Gini, taxa de pobreza, rendimento médio da população, variação do salário mínimo real, entre outros. Complementarmente, serão consultados artigos científicos, livros especializados e publicações de organismos multilaterais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com o objetivo de embasar teoricamente a análise e fornecer perspectiva comparada.

Os procedimentos de análise dos dados incluem a construção e interpretação de gráficos, séries temporais e tabelas descritivas. A intenção é identificar tendências, rupturas e correlações entre inflação e desigualdade ao longo do tempo. A análise quantitativa será enriquecida com a interpretação qualitativa fundamentada na literatura científica, permitindo contextualizar os dados à luz dos acontecimentos históricos e das políticas econômicas adotadas no período. Não serão utilizados modelos econométricos complexos, mas a análise buscará coerência empírica e consistência argumentativa na comparação entre os diversos momentos do processo inflacionário.

No que diz respeito às considerações éticas, como a pesquisa se baseia exclusivamente em dados secundários públicos e documentos institucionais, não há envolvimento direto de seres humanos, o que a dispensa de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). No entanto, a pesquisa seguirá rigorosamente os princípios da ética acadêmica, assegurando a correta citação de autores, o uso responsável dos dados e o compromisso com a honestidade intelectual em todas as etapas do trabalho.



HABILIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS

A execução deste projeto de pesquisa sobre os impactos da hiperinflação sobre a desigualdade socioeconômica no Brasil entre os anos de 1980 e 1994 proporcionará um conjunto de aprendizagens significativas e integradas, tanto do ponto de vista técnico-científico quanto do desenvolvimento pessoal e acadêmico. Ao longo do processo investigativo, será possível consolidar competências fundamentais para a formação universitária e para a atuação futura como pesquisador, profissional e cidadão crítico.

Uma das primeiras habilidades a serem desenvolvidas diz respeito à capacidade investigativa. A pesquisa exigirá o exercício contínuo de formulação de perguntas, hipóteses e objetivos com base em lacunas da literatura e na observação crítica de fenômenos históricos e sociais. Será necessário aprender a selecionar fontes confiáveis, comparar diferentes interpretações teóricas e organizar argumentos de forma lógica e coerente. Isso implica não apenas o domínio do conteúdo referente à inflação, desigualdade e políticas econômicas, mas também a habilidade de lidar com contradições, incertezas e múltiplas variáveis que influenciam a realidade econômica. A análise de dados secundários exigirá discernimento para interpretar séries temporais e avaliar criticamente os resultados, com base em evidências empíricas e fundamentos teóricos.

Outra competência central a ser desenvolvida será o domínio de técnicas e instrumentos de pesquisa. Durante o projeto, será necessário aprofundar o uso de ferramentas de busca científica, bases de dados estatísticas e softwares de organização e análise de informações. A familiarização com plataformas como o IPEADData, IBGE SIDRA e o Banco Central do Brasil será essencial para coletar e organizar os indicadores utilizados. Além disso, o uso de editores de textos acadêmicos (como o Word com normas ABNT ou ferramentas como Zotero e Mendeley para gestão bibliográfica) fará parte da rotina metodológica. Será também importante adquirir maior domínio sobre a elaboração de fichamentos, resumos críticos, quadros comparativos e outras técnicas de sistematização do conhecimento, fundamentais para estruturar de forma eficaz a revisão bibliográfica e a análise dos dados.

A comunicação científica será uma área de desenvolvimento contínuo ao longo da pesquisa. A produção de textos acadêmicos (como esta proposta, o projeto final e possíveis artigos ou relatórios)



exigirá o aperfeiçoamento da escrita formal, da clareza expositiva e da argumentação lógica. Além disso, a eventual apresentação dos resultados em seminários internos ou eventos acadêmicos permitirá o exercício da comunicação oral, do domínio do conteúdo e da capacidade de síntese. Saber apresentar uma pesquisa com objetividade, embasamento e coerência é uma habilidade valorizada tanto no meio acadêmico quanto em contextos profissionais diversos.

Outro aspecto importante a ser trabalhado é a postura ética e colaborativa na pesquisa. Mesmo sendo uma investigação individual, o projeto está inserido em um ambiente coletivo de aprendizagem — seja na interação com orientadores e colegas, seja no respeito às normas da comunidade científica. Serão observados princípios fundamentais como a honestidade intelectual, o cuidado com o plágio, a transparência metodológica e o compromisso com a veracidade das informações. Ao lidar com dados públicos e interpretações históricas, também será necessário refletir criticamente sobre a responsabilidade do pesquisador em relação ao passado e às suas consequências sociais no presente.

A condução do projeto também exigirá o desenvolvimento da autonomia intelectual e da capacidade de gestão do tempo. Ao longo da pesquisa, será fundamental planejar as etapas de leitura, coleta de dados, redação e revisão de forma realista, respeitando os prazos estabelecidos e adaptando-se a eventuais imprevistos. Essa autonomia envolve tanto a organização prática das atividades quanto a tomada de decisões metodológicas, a definição de recortes e o enfrentamento de dúvidas com base em critérios científicos. A habilidade de gerir o próprio processo de aprendizagem é uma das competências mais importantes para a vida universitária e profissional, e será colocada em prática intensamente neste projeto.

Por fim, é importante destacar que a pesquisa também contribuirá para o desenvolvimento do pensamento crítico e da sensibilidade social. Ao estudar os efeitos de um fenômeno macroeconômico como a hiperinflação sobre a vida da população — especialmente os mais vulneráveis —, será possível ampliar a compreensão sobre desigualdades estruturais e os limites da política econômica tradicional. Isso permite não apenas a aquisição de conhecimento técnico, mas também a formação de uma postura crítica, informada e comprometida com os problemas reais da sociedade brasileira.



Em suma, esta pesquisa proporcionará um percurso de aprendizagem rico e multifacetado. Ao longo do projeto, serão desenvolvidas habilidades analíticas, metodológicas, éticas, comunicacionais e organizacionais que extrapolam o conteúdo específico do tema estudado. Trata-se de um processo formativo que contribuirá para consolidar competências essenciais à formação acadêmica e à atuação cidadã comprometida com a realidade social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRESSER-PEREIRA, L. C. A crise do Estado. São Paulo: Nobel, 1996.

EASTERLY, W.; FISCHER, S. *Inflation and the Poor*. Journal of Money, Credit and Banking, v. 33, n. 2, p. 160-178, 2001. DOI: 10.2307/2673879.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Séries Históricas de Indicadores Econômicos*. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: 15 jul. 2025.

JUVER, J.; TEIXEIRA, A.; MELO, A. *Inflation and income inequality: a panel data analysis for 41 countries (2004–2013)*. Economía, v. 18, n. 3, p. 353-372, 2017. DOI: 10.1016/j.econ.2017.05.001.

ROMER, C.; ROMER, D. *Monetary Policy and the Well-Being of the Poor*. Economic Review, Federal Reserve Bank of Kansas City, v. 84, n. 1, p. 21-49, 1999.

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO PROJETO



Etapas	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN
Levantamento bibliográfico	x	x				
Formulação do problema e objetivo		x				
Definição de metodologia		x				
Coleta de dados		x	x	x		
Análise de dados			x	x	x	
Redação da de relatório final					x	x
Preparação para a apresentação dos resultados						x